



“Confusion
de Confusiones”

João Duque
jduque@iseg.ulisboa.pt

SE ELE QUISER

Os ministros são como os melões: só depois de tomarem posse e começarem a planejar e a executar é que podemos apreciar o seu desempenho. Já assistimos a grandes desluses e muitos deles estarão hoje muito arrependidos por terem aceitado esse cargo.

Vem isto a propósito do neófito empossado na pasta das Finanças, Fernando Medina.

Ao comparar o seu *curriculum vitae* com a lista dos seus antecessores vemos como o deste contrasta, em perda, com a riqueza dos outros em termos de experiência ou conhecimento académico na área, feito em período prévio ao exercício do cargo. A lista de ministros das Finanças dos governos constitucionais após o 25 de Abril de 1974 é uma lista de infundáveis individualidades que se destacaram, antes de tomarem posse, nas áreas das finanças públicas ou privadas, da banca, da moeda, etc. Como não tenho espaço remeto os leitores para a lista completa que está na internet. A galeria é impressionante!

A experiência profissional faz de Fernando Medina um homem mais ligado à gestão geral e das organizações. Quer isso dizer que vai ser um mau ministro? A minha resposta, à partida, é: não

Fernando Medina não possui um *curriculum* com créditos firmados na área das finanças e até o mestrado que fez numa excelente escola, o ISEG, não foi na área da economia monetária, financeira ou das finanças públicas ou privadas. Mesmo no ISEG poderia ter escolhido um mestrado naquelas áreas, mas preferiu escolher um na área da sociologia económica. A sua experiência profissional faz dele um homem mais ligado à gestão geral e das organizações e onde mais se destacou foi na gestão da Câmara Municipal de Lisboa.

Quer isso dizer que vai ser um mau ministro? A minha resposta, à partida, é: não. Mas para o não ser vai ter de trabalhar muito (e estudar mais) e “aparecer” menos. E até pode surpreender. Mas para isso terá de se empenhar politicamente e arriscar. Quer ser político? Pegue na área fiscal e faça-lhe a reforma que os seus antecessores não usaram! Acabe com o IMT. Reduza a carga fiscal e force os seus colegas a reformarem as suas áreas pela eficiência dos gastos sem perda de resultados. Promova a despesa de investimento em detrimento da despesa corrente. Imponha métricas de medida da eficácia a cada ministro (ou seja, KPI, que são indicadores de desempenho) e assim permitir que se avalie cada um na sua área de competência. Imponha uma análise custo-benefício aos investimentos públicos e depois faça uma avaliação posterior. Comece já pelos que foram executados nos últimos anos!

Se fizer tudo isto, esqueça a formação académica e candidate-se a sucessor do António Costa. Vai ganhar.

GOVERNO

Finanças Guerra, inflação e PIB obrigam a refazer Orçamento

Déficit de 2021 ficou abaixo da meta, mas cenário económico adverso impõe revisão

SÓNIA M. LOURENÇO

A duas semanas das legislativas de 30 de janeiro, no debate televisivo com Rui Rio, líder do PSD, o primeiro-ministro e líder do PS, António Costa, exibiu o documento com a proposta do Orçamento do Estado para 2022 (OE-2022), chumbada no Parlamento dois meses e meio antes, repisando a mensagem: o Orçamento para este ano estava feito. Mas, desde então, a inflação disparou ainda mais com a guerra na Ucrânia, obrigando a avançar com novos apoios a famílias e empresas. E o crescimento deverá ser menos robusto. Evolução que coloca maior pressão sobre as finanças públicas, agora tuteladas por Fernando Medina, e obriga a (re) fazer muitas contas.

Ainda sob a égide de João Leão, no Programa de Estabilidade 2022-2026, entregue na semana passada, o Ministério das Finanças reviu em baixa o cenário de crescimento da economia portuguesa este ano, de 5,5% para 5%, e em alta o número para a inflação, de 0,9% para 2,9%, considerando o Índice de Preços no Consumidor, e de 0,9% para 3,3%, considerando o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor. Números mais otimistas do que os do Banco de Portugal (crescimento de 4,9% e

inflação de 4%) e do Conselho das Finanças Públicas (4,8% e 3,9%, respetivamente), que também foram revistos desde o início do conflito.

A explicação está em fatores como o preço do petróleo. A estimativa das Finanças para este ano passou de 68 dólares por barril para 93 dólares. E pode pecar por otimista. Esta quarta-feira, o barril de Brent negociava em torno dos 110 dólares. Se o preço ficar 20% acima do previsto pelo Governo, rouba 0,1 pontos percentuais ao crescimento da economia, segundo as Finanças.

A consolidação orçamental este ano vai ser menos exigente do que o previsto em outubro

O impacto da guerra na Ucrânia, a começar pelo preço dos produtos energéticos, levou o Governo a prever €809 milhões de despesa em medidas de apoio a famílias e empresas no Programa de Estabilidade. E não é o único acréscimo face à proposta do OE-2022. Em outubro, as medidas de política orçamental para 2022 atingiam €1032 milhões de impacto negativo no saldo orçamental. Agora, esse impacto negativo chega aos €3247 milhões. São

mais €2215 milhões, por onde passam mais verbas por causa da nova vaga da pandemia, mais dinheiro para a TAP, e maior abrangência de algumas medidas inscritas na proposta do OE-2022.

Folga de €400 milhões?

Um impacto que o novo ministro das Finanças terá de encaixar no Orçamento para este ano. Mas, Medina conta com um aliado: o déficit em 2021 ficou nos 2,8% do PIB — já abaixo do teto de 3% imposto pelas regras europeias, que continuam suspensas por causa da pandemia — muito abaixo dos 4,3% previstos em outubro.

A diferença são 1,5 pontos percentuais do PIB, ou seja, mais de €3 mil milhões. Só que, no Programa de Estabilidade, João Leão também baixou a estimativa do déficit para este ano, dos 3,2% previstos em outubro, para 1,9%. Caso Medina mantenha essa meta, grande parte da folga esfuma-se de imediato. Mas uma parcela sobrevive. O ajustamento previsto para 2022 é uma redução do déficit em 0,9 pontos percentuais do PIB (de 2,8% para 1,9%), quando em outubro era de 1,1 pontos percentuais (de 4,3% para 3,2%). A diferença são 0,2 pontos percentuais do PIB, ou seja, mais de €400 milhões, que são a almofada que o novo

ministro terá para acomodar vários destes efeitos.

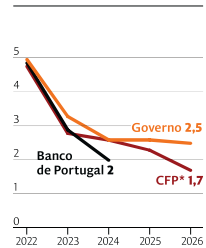
Fazer as contas bater certo, sem gripar a economia, é o desafio de Medina. Governo, Banco de Portugal e Conselho das Finanças Públicas traçam cenários alternativos, mais pessimistas, por causa da guerra, onde a economia cresce apenas 3,8%, 3,6%, e 3,5%, respetivamente, este ano. Ricardo Cabral, economista e professor do ISEG, vai mais longe, apontando para “choques externo e doméstico negativos e provavelmente numa recessão económica em Portugal”. Neste contexto, “o processo de consolidação orçamental será relegado para o fim, em favor de outras prioridades”, defende.

“A execução orçamental com um déficit de 1,9% do PIB para 2022 vai ser um desafio”, vinca Pedro Brinca, economista e professor da Nova SBE, considerando que a resposta à guerra “obrigará a algum corte noutros itens de despesa ou então a um aumento (ou retrocesso na diminuição) de alguns impostos para reequilibrar as contas”. Isto, se a meta do déficit não for sacrificada. Em maio, a Comissão Europeia decide se as regras orçamentais regressam no próximo ano — como previsto —, ou continuam suspensas. No limite, Portugal poderia decidir não fazer consolidação orçamental este ano, uma vez que o déficit já está abaixo dos 3%. Contudo, não é essa a orientação do Programa de Estabilidade, que “mantém o compromisso do Governo com finanças públicas equilibradas até ao final da legislatura”, destaca João Borges de Assunção, economista e professor da Católica-Lisbon. Para Vânia Duarte, economista do BPL, “perante a folga de 2021 e a orientação de política orçamental na União Europeia, no sentido de manter o apoio ao crescimento e resposta a este choque adverso, parece possível que haja espaço para as novas medidas e outras anteriormente avançadas”.

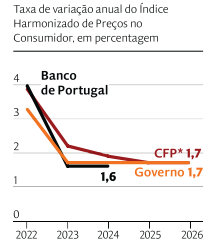
Daqui a poucos meses, Medina já estará a fazer novas contas orçamentais, para 2023. E prometem ser exigentes. Basta notar que o aumento da despesa com pessoal pode chegar aos mil milhões (ver página 25). Se somarmos a subida dos juros, os dossiês problemáticos na banca, e a pressão para reduzir a carga fiscal no país (ver texto em baixo), são muitos os desafios.

Diogo Cavaleiro, ISABEL VICENTE e S.M.L. dcavaleiro@expresso.imprensa.pt

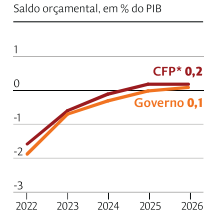
GOVERNO MAIS OTIMISTA SOBRE O CRESCIMENTO DO QUE BDP E CFP
Taxa de variação anual real, em %



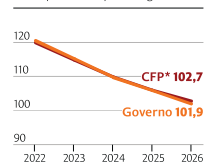
GOVERNO ESPERA INFLAÇÃO MAIS BAIXA DO QUE BANCO DE PORTUGAL E CFP
Taxa de variação anual do índice Harmonizado de Preços no Consumidor, em percentagem



DÉFICIT DAS CONTAS PÚBLICAS DEVERÁ SER ELIMINADO ATÉ 2025
Saldo orçamental, em % do PIB



DÍVIDA AINDA ACIMA DOS 100% DO PIB EM 2026
Dívida pública, em percentagem do PIB



Projeções do Conselho de Finanças Públicas (CFP) num cenário de políticas invariáveis, ou seja, na ausência de novas medidas políticas

FONTE: PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO 2022-2026: PERSPECTIVAS ECONÓMICAS E ORÇAMENTAIS 2022-2026 DO CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS



Medina chega às Finanças com o déficit já abaixo de 3% FOTO ANA BAIÃO

Os muitos trabalhos do novo ministro

Manter as contas públicas em ordem, descer impostos e enfrentar a subida dos juros são alguns desafios

Contas públicas em ordem, pressão para descer impostos, subida dos juros. E dossiês quentes na banca. Além do embate imediato — refazer as contas do Orçamento do Estado para 2022 — é com estes desafios que Fernando Medina se vai confrontar no Ministério das Finanças. Por causa da escalada dos preços, a pressão é grande para o Governo descer os impostos sobre o consumo. A começar pelos combustíveis, mas eletricidade, gás e alguns produtos alimentares também poderão ser aliviados. Medidas que, a par

das reivindicações salariais na função pública (ver texto pág. 25), significam contas mais complicadas para o novo ministro. E se a economia não crescer acima da taxa de juro — que está a agravar-se por causa da normalização da política monetária do Banco Central Europeu — o país arrisca voltar a perder o controlo das finanças públicas, numa altura em que a dívida pública ainda está acima de 120% do PIB. A equidade fiscal é outro tema que a esquerda não deixará cair. E o facto de Portugal ser dos poucos países que

não tributam as criptomoedas será uma pressão sobre o Governo. Os empresários há muito reclamam uma desceda do IRC, mas, para já, o desafio passa pelo novo IRC mínimo de 15% que a Comissão Europeia quer ter a funcionar já em janeiro de 2023. A forma como os benefícios fiscais são levados em consideração cria um desafio para Portugal.

Medina terá ainda de coordenar-se com Ana Mendes Godinho para a estabilização do Montepio. A venda do Novo Banco pela Lone Star pode concretizar-se no seu

mandato (há ainda o dossiê EuroBic por fechar) e o Governador do Banco de Portugal já deixou outra missão: discutir um novo modelo de financiamento do Fundo de Resolução. Há nomeações nos supervisores por fazer, a começar pela CMVM, após a súbita saída de Gabriel Bernardino. E na agenda do setor segurador está a criação do há muito ambicionado fundo para riscos catastróficos e a implementação do novo plano de poupança europeu.

DIOGO CAVALEIRO,
ISABEL VICENTE e S.M.L.
dcavaleiro@expresso.imprensa.pt